

A “LINGUAGEM DE RUA” FALADA POR ADOLESCENTES NEGROS AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS

Simone de Loiola Ferreira FONSECA

Anhanguera Educacional

VIDHE/CLADIN/FCL/UNESP

sferreira77@gmail.com

Resumo: A consciência de ser um indivíduo à margem dos direitos civis na sociedade estadunidense e brasileira despertou no negro, o sentimento de solidariedade de uns para com outros em que, a “língua falada” é concebida como uma produção cultural e simbólica que tem seu uso político, enquanto veículo de inclusão e / ou de resistência, elaborado por adolescentes autores de atos infracionais. No caso brasileiro constatamos que, a maioria destes adolescentes é negra que está sob medida socioeducativa de internação. Estes adolescentes participam da criação de um código linguístico baseado na “linguagem da rua”. Esta produção cultural visa à adesão e a ascensão em outra ordem social competitiva que atua como formadora de uma identidade social que os integra enquanto falantes de uma língua portuguesa que se pluraliza cotidianamente nas periferias das cidades brasileiras reproduzindo um conhecimento também das várias culturas que compõem a origem africana desta população adolescente, pois de certa forma a gíngua, a gestualidade e a postura corporal livre também sobrevivem nas Américas através de diversas manifestações culturais, como a dança e a linguagem de rua que geram uma realidade que denuncia a desigualdade social em função da diferença que representam no cotidiano dos diversos segmentos sociais.

Palavra-chave: Adolescente; Ato Infracional; Negro; Linguagem de Rua; Língua Falada

A língua portuguesa como outras línguas e linguagens está situada no jogo das classes sociais, posto que é usada a partir de valores socioculturais identificadores da realidade vivida pelos seus usuários. Neste sentido, o seu uso por adolescentes negros presentes nos sistemas socioeducativos ou em projetos similares expressam um português carregado de bens simbólicos, de gíngua e de gestos corporais.

Identificamos em nossa pesquisa, fortes indícios das origens culturais, da diversidade etnicorracial dos negros que foram trazidos para o Brasil. Desta forma, passamos a ter maior noção cultural do que representa esta população negra em todos os lócus geográficos ocupados em nosso país e nestes lócus, as tradições que foram desenvolvidas e as que foram marginalizadas em função da diferença que representam frente à cultura dominante, algo que inclusive, levou-os a um tratamento desigual.

Assim sendo, é importante que possamos fazer uma breve reflexão acerca das origens etnicorraciais destes sujeitos, para além das análises de suas atuais condições socioeconômicas; pois, segundo Artur Ramos (1956), para entendermos as questões do negro no Brasil, é necessário que façamos o estudo de suas diversas origens. Para tanto, trazemos o quadro abaixo, dos três principais grupos de famílias africanas trazidas para o Brasil, no período de sua colonização:

QUADRO 01: Os três grupos de famílias negras trazidas para o Brasil, para onde foram levadas em território brasileiro e as características de seus povos de origem africana

CULTURAS	DESTINO AO BRASIL	CARACTERÍSTICAS
CULTURA SUDANESA	BAHIA: os preferidos no mercado de tráfico de escravos.	Altos, corpulentos, valentes, trabalhadores, de melhor índole e os mais inteligentes se comparados com os demais.
Iorubas (Nagôs)		
Gêges		
Fanti		
Ashanti		
CULTURA SUDANESA ISLAMIZADA	BAHIA: Distribuídos pelas fazendas do recôncavo baiano, nos trabalhos de lavoura do fumo e açúcar; e posteriormente foram para o trabalho da mineração.	Convertidos ao islamismo eram altos, fortes, robustos e trabalhadores. Usavam barba e cavanhaque. De vida privada, regular e austera, não se misturavam c/ outros escravos. Principais responsáveis pelos movimentos de sublevação de escravos na Bahia, no séc. XIX
Haussás		
Topas		
Mandingas		
Fulahs		
CULTURA BANTUS	Pernambuco e Rio de Janeiro. No período de exploração das minas foram enviados para o vale do rio Verde e do rio das Mortes, nas Minas Gerais. Alguns Angolas e Congos trabalharam no nordeste brasileiro, na cana-de-açúcar.	Eram mais fracos, fisicamente, se comparados aos Sudaneses. Loquazes, indolentes, eram muito festeiros
Angola		
Congo		
Moçambique		

Fonte: RAMOS, Artur. O Negro na Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1956.

Ao trazermos este quadro para refletirmos sobre as origens etnicorraciais de grupos de adolescentes sob medida socioeducativa de internação no município de Uberlândia, MG mas que não são originários desta região e sim de outras regiões brasileiras tais como Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, nós queremos contextualizar o estudo da “linguagem de rua” expressada por estes sujeitos sob o aspecto das origens africanas que viajaram séculos, do continente Africano ao Norte-Americano, até chegar às periferias das cidades brasileiras no século XXI. Neste sentido, trazer à luz estas origens pode significar a gênese da comunicação dos segmentos mais marginalizados desta sociedade.

Analisando o quadro acima que, segundo Artur Ramos (1956) apresenta de maneira geral as origens das etnias advindas de diferentes culturas africanas para o Brasil, constatamos que os negros levados para o Estado de Minas Gerais têm origens nas etnias Angolanas, Congolosas e Moçambicanas, da Cultura Bantus. O que isto significa no contexto aqui apresentado?

Isto quer dizer que, as gerações advindas dos negros que chegaram ao município de Uberlândia/MG desde a sua fundação têm cultuado elementos da Cultura Bantus expressa, por exemplo, através do modo de vida baseado no sedentarismo, na agricultura, na mineração, em formas de organização social, política e artística expressa na culinária, na dança, na musicalidade em que, a *congada*, até os dias atuais, é uma das manifestações mais típicas desta cultura e que faz parte do tradicional calendário cultural da cidade.

A pesquisa ainda mostra que, grupos de indivíduos negros que chegaram neste município por volta das décadas de 60, 70 e 80 do século XX em função do advento da industrialização têm forte identificação com “outras pessoas importantes” para eles, ou seja, os negros já “estabelecidos” no município de Uberlândia que cultuam suas marcas, seus valores, sentidos e símbolos da origem usurpada, segregada e marginalizada pela cultura dominante.

Esta identificação se dá num contexto em que, o movimento negro organizado brasileiro vive um momento de crescentes reivindicações de direitos enquanto classe na chamada sociedade inclusiva (FERNANDES, 1978) mas que, as expressões de resistência etnicorracial por meio da cultura, da religiosidade, das formas de organização social e política mostram, de maneira ainda camuflada, escondida, que os “diferentes” negros estavam numa caminhada síncrona por seus direitos nesta sociedade.

É importante entender este encontro de “diferentes negros” que advém de diferentes gerações e origens para o conhecimento do que acontece hoje, com este público adolescente negro, alvo deste estudo. Como pontuamos anteriormente, os negros que fizeram parte da fundação do município de Uberlândia advém da Cultura *Bantus* em que, para entendê-los não apreendemos o conhecimento da cultura *Bantus* em si e nem da origem de cada etnia em questão, mas sim, da sobrevivência do que restou destas culturas nos locais povoados pelos negros vindos das diferentes partes da África. Os historiadores de se dedicaram aos estudos destas etnias pegaram o que sobreviveu destas culturas no Brasil e fez um cruzamento com as informações que se tem sobre estes povos em seus países de origem.

No caso destes negros, no município de Uberlândia, constata-se o tráfico deste para o trabalho na extração do ouro; mas, estes desenvolveram também o comércio do ouro, de peles e outros gêneros que vendiam através de seus agentes secretos, ou trocavam por munição ou gêneros alimentícios e daí, a prática do escambo, muito frequente entre esta população e que

perdura até os dias atuais.

E, o que se constata nesta pesquisa é que, os negros que imigraram para o município de Uberlândia nas décadas de 60, 70 e 80 embora também viessem de outras regiões, o que os estudos mostram é que vêm de cidades próximas e mesmo, do Estado de São Paulo; portanto, uma similaridade na forma de expressarem sua resistência, visto que possivelmente são originários da Cultura Bantus.

Daí, vale lembrar o caráter politeísta, múltiplo, fluído, invasivo, escondido, tanto da religiosidade deste povo, como da própria cultura Bantus em que, não devemos esquecer, é formada por várias etnias de Angola, Congo, Moçambique que trazem para além da diversidade cultural, a diversidade dos dialéticos linguísticos os quais, para fazerem parte da sociedade inclusiva, dominada por uma cultura eurocêntrica, num contexto de várias reivindicações, estas populações negras reinventaram, assimilaram, hibridizaram, mas sempre carregaram resquícios de sua cultura de origem.

Neste sentido, ao discutirmos a linguagem de rua, é muito importante que façamos uma análise profunda sobre este contexto, de lutas, resistências, reinvenções na forma de ser e viver num cotidiano que privilegia aqueles que se parecem e que cultuam uma determinada cultura, a eurocêntrica.

A partir daí, é possível refletir sobre, o desejo de estar incluso nesta ordem mas, ao mesmo tempo, o desejo e a realidade de ser um sujeito diverso, rico, mas empobrecido por ser diferente. Portanto, a forma de se expressar, em função do não acesso a educação formal devido à carência socioeconômica a que estavam expostos, não é uma expressão reconhecida pela hegemonia eurocentrada.

É uma forma de se expressar que tem suas peculiaridades fundamentadas na cultura de origem, já bastante hibridizada devido ao contato com outras culturas e etnias; mas também, é uma forma de se expressar que ora se esconde, propositalmente, por traz da cultura dominante, utilizando-se desta até mesmo por uma questão de sobrevivência, ora reinventa-a como forma de existir na mesma resistindo suas imposições, refazendo-a ao seu modo. É o que constatamos na linguagem de rua expressa pelos adolescentes autores de atos infracionais que têm sua forma própria de conduta e expressão, sobretudo na língua, na forma de se comunicar; algo que, ironicamente, seja pelo contexto atual, seja pela peculiaridade que os diferem de negros “estabelecidos” nesta sociedade, distanciam-nos uns dos outros.

É o que também constatamos nesta pesquisa, através de depoimento de sujeitos que advém das gerações fundantes desta cidade, dos que imigraram para Uberlândia nas décadas de 60, 70 e 80 e hoje compõem o “Movimento Negro Uberlandense” é que não há identidade em relação aos negros imigrantes do século XXI, que vêm de outras regiões do país – Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive, não havendo maiores contatos, nem mesmo diálogo com os mesmos.

Daí então, é importante mencionarmos que, os adolescentes negros em conflito com a lei hoje, no município de Uberlândia, são os novos imigrantes do século XXI, que vêm de outras regiões do país - norte, nordeste ou centro-oeste – que, ao saírem a procura de melhores condições materiais de subsistência, além de se verem desapropriados de seus direitos de cidadão nas terras de origem, se vêm também desintegrados de sua cultura primária em que, ao chegar aos novos locais de destino e não sendo reconhecidos e nem aceitos pelas culturas tradicionais restam-lhes ocupar os guetos urbanos, onde irão conflitar e/ou agregar com outros indivíduos na mesma situação.

Estes sujeitos, por sua vez, diante da exclusão desenvolvem aquilo que já é práxis das populações marginalizadas, que é a “cultura de rua”. Diante da submissão a que estão

expostos, sem acesso às condições básicas de sobrevivência - educação, transporte, saúde, alimentação, lazer enfrentam diversos problemas de ordem social como o empobrecimento, o racismo, a carência de infraestrutura em que, a rua acaba sendo o único espaço possível de convivência social, onde se juntam em gangues para demarcarem território, lutar por seus direitos e se auto-afirmarem enquanto sujeitos sociais, algo que a “sociedade inclusiva” lhes nega.

Além disto, são nestes espaços, neste contexto de rua, que estes adolescentes denunciam as injustiças, as desigualdades, os estigmas sociais sofridos. Desenvolve-se então, aquilo que já havia sido criado por gerações marginalizadas, que os antecederam, que é uma cultura de rua que busca empoderar-se através de sua origem de rua, de periferia, buscando valorizar este lugar que afirma positivamente sua identidade, e sinaliza a possibilidade de transformação a partir de seus reais desejos de mudança baseados nos seguintes valores: “o amor, a paz, a saúde e a alegria” (RODRIGUES & SOUZA, 2004).

Os quatro valores mencionados – o amor, a paz, a saúde e a alegria - fazem parte da cultura caribenha, principalmente de origem jamaicana que, em forma de protesto e resistência às religiões europeias por parte dos diversos africanos traficados para as ilhas do Caribe no século XVII durante a escravidão cultuam como os negros africanos de origem Sudanesa, Somaliana e Etíope, costumes do Islamismo, do Judaísmo e do Cristianismo Ortodoxo. Sendo estes valores expressões da resistência afrodescendente mesmo séculos após desapropriações de território e de cultura.

O que queremos apontar com isto é a forma de protesto/resistência negra importada dos guetos de Nova Iorque para as periferias dos centros urbanos brasileiros; visto que, o que aconteceu no processo de migração caribenha para os EUA é similar ao que acontece com os adolescentes negros de nossa pesquisa; os quais se identificam com a “cultura de rua” criada pelos Caribenhos nos EUA, importando-a para a realidade brasileira, sem esquecer que suas raízes estão na África.

Vale lembrar que os negros jamaicanos que migraram para os Estados Unidos da América em meados de 1960 já vinham de um processo de expropriação de sua cultura de origem (Sudanesa, Somaliana e Etíope) ao serem traficados para o Caribe. A busca da sobrevivência pelos negros migrantes nos EUA não é bem-vinda, de imediato, pelos negros nativos daquele país. A solução para os que chegaram era a ocupação dos guetos Nova Iorquinos e lá criaram a sua cultura fundamentada nos valores da cultura original (Sudanesa, Somaliana e Etíope) de acordo com a realidade vivida naquele momento, daquele contexto de racismo, injustiças sociais e violência.

É nesta conjuntura, da “cultura de rua”, que surge na década de 1970 o movimento hip hop. As formações de gangues com a finalidade de conquistar e demarcar território, as festas de rua, ao soar das batidas dos tambores acompanhados de cantos falados por rimas politizadas ou às vezes banais, sexuais, além das manifestações artísticas de rua, como a dança de rua, o grafite são expressões do hip hop, da cultura de rua que têm suas raízes no gênero de música denominada reggae-raiz, que combina a cadência hipnótica dos tambores com harmonias simples e arranjos que utilizam guitarras e outros instrumentos com sonoridade do blues norte-americano.

O hip hop é então trazido para o Brasil na década de 1980 com os encontros tradicionais, na Rua 24 de Maio e no metrô São Bento, em São Paulo. A identidade que os adolescentes negros das margens das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros têm com as manifestações culturais dos guetos “Nova Iorquinos” é tamanha, que importam também o estilo musical, artístico e pessoal que expressa os protestos contra o racismo, as injustiças e a violência vivida no cotidiano. Estas manifestações socioculturais resistem às

desigualdades sociais e à discriminação racial sobrevivendo gerações após gerações com seus hábitos, costumes e crenças que afirmam justamente as origens e a ancestralidade africana.

Neste sentido, como nos alerta Ramos (1956), para entendermos o negro na sociedade brasileira, nós precisamos estudar as suas origens culturais e etnicorraciais. Neste caso, os adolescentes negros em conflito com a lei, conforme mostramos sobre a história dos mesmos no Brasil há todo um contexto que o marginaliza, tratando-o com desigualdade em função de suas diferenças etnicorraciais. Então, para compreendê-los, nós precisamos atentar para as vozes de suas expressões culturais, que têm a ver com sua origem etnicorracial. A expressão do movimento hip hop adotado por estes adolescentes negros pode trazer uma série de entendimentos sobre os sentidos que dão aos seus atos infracionais.

Descobrimos então, neste estudo, segundo o que Artur Ramos (1956) sugere e Alejandro Frigerio (2002) destaca, o negro, num contexto social de usurpação, com problemas educacionais, de trabalho, assistências médica e jurídica, dentre outros, traz por meio da sobrevivência cultural africana, expressões artísticas de caráter multidimensional. Isto significa que, o negro faz as suas reivindicações segundo as necessidades que lhes são peculiares, que é fundindo e misturando os gêneros artísticos, culturais, políticos e econômicos.

Ao contrário da cultura ocidental que separa, segrega e hierarquiza o conhecimento (músicas, poesia, dança, pintura), a expressão artística negra é uma afronta senão uma resistência à quem tudo classifica e tudo seleciona para estabelecer relações de poder a partir de um conhecimento que possa ser universal.

Contudo, para compreendermos esta multidimensionalidade da performance negra e destes adolescentes, é necessário fazê-lo em seu contexto social, político, econômico, histórico e fundamentalmente, etnicorracial e cultural.

Estes adolescentes negros que encontram-se hoje, em conflito com a lei, morando em periferias, usando entorpecentes, assim como fazendo alianças com o tráfico de drogas, seja para prover recursos financeiros à sobrevivência ou como fuga da realidade, ele já tem um estereótipo, uma marca atribuída pela sociedade civil que o marginaliza pela fala, pelo modo de se vestir e se expressar em sua arte e cultura manifestada em seu cotidiano, como mostra o relato de um professor do movimento negro uberlandense

(...) uma professora desenvolvendo um projeto na escola com hip hop, e... ela foi, foram fazer uma apresentação, né... fizeram várias, todo mundo, uma das apresentações que foram fazer numa das escolas, os policiais que estavam fazendo ronda pegaram dois meninos do grupo, né... e... deram o que a gente chama de “blitz” né... e a professora ficou espantada com isto, foi falar com os policiais e eles disseram, “não... esse pessoal dessa dança aí... com essas roupas, esses bonés na cabeça”, quer dizer, do hip hop, né... “a gente tem que ficar esperto com eles, tem... porque eles são perigosos...etc...” então, a polícia principalmente tem essa visão, não só a polícia, a sociedade. (informação verbal)¹

Este relato mostra o que vem sendo tratado pelas teorias de Fernandes (1978); Nogueira (1985); Rodrigues (1957); Ramos (1956); Volpi (2001) em que são atribuídas imagens degenerativas aos adolescentes negros em conformidade com as suas origens etnicorraciais, percebidas pela cor da pele, tipo de cabelo, traços negróides, na fala, nos gestos

¹ Informação fornecida através de entrevista com o Professor do Instituto de Química da Universidade Federal de Uberlândia e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da mesma Universidade – Prof. Dr. Guimes Rodrigues Filho - em 21/12/2009. Ver entrevista na íntegra no subcapítulo 4.3 desta Dissertação.

e expressões típicas da população marginalizada, residente em periferia e que, não coincidentemente tem cor e raça – a negra e então dispensam aos mesmos o tratamento desigual e marginalizador.

Em relação à linguagem de rua, falada, verbalizada e expressa por estes indivíduos varia de uma região para outra, conforme o contexto sociocultural que vivenciam, sem nos esquecermos das importantes origens étnico-raciais que trouxeram significativos elementos fundantes de uma forma de expressar as indignações que, no caso brasileiro, é carregada de questionamentos socioeconômicos em que, nem sempre, a questão raça é verbalizada de forma aberta e direta.

Isto tem haver com o mito de “democracia racial” existente em nosso país que construiu uma ideologia que camufla, para além das atrocidades cometidas contra o elemento negro em nossa sociedade, contribuindo também para que este não tivesse voz para reivindicar seus direitos de raça e firmasse suas reivindicações enquanto uma classe social marginalizada, sem origem, sem identidade e assim, enfraquecendo-os cada vez mais pelo anonimato de suas origens.

Então, o que percebemos em nossa pesquisa junto a estes adolescentes autores de atos infracionais que estão sob medida socioeducativa de internação em Uberlândia, MG é que, a linguagem falada por eles, acaba sendo um poderoso instrumento que identifica e os diferencia em seu nível socioeconômico e cultural, servindo por vezes, de ferramenta política para reivindicação de seus direitos.

Para estes sujeitos, que se utilizam desta “linguagem de rua” enquanto instrumento político, de empoderamento, que os codifica e identifica enquanto parte de um grupo, de uma sociedade, o tráfico de drogas e o crime organizado aparecem enquanto referenciais para a reprodução de determinados vocabulários, expressões, ritos e cultos para que estes sujeitos possam fazer parte deste segmento.

Portanto, toda a desapropriação que estes sujeitos sofreram levou-os a desenvolver uma sociedade paralela em que, a “linguagem de rua” é apreendida e reproduzida por estes mesmos sujeitos.

Já, esta “linguagem de rua”, vista pela educação formal, é algo que distingue, exclui e hierarquiza os sujeitos na sociedade de classes. Afastando seus usuários do acesso à escola, ao mercado de trabalho e conseqüentemente, da economia formal que poderia lhes oferecer o mínimo de segurança social e proteção legal que pudesse os afastar da marginalização.

Assim sendo, à medida que esta mesma linguagem de rua privilegia sujeitos no contexto de marginalização a que foram expostos, ela também reforça a exclusão na sociedade que os marginaliza.

Pensar então, a questão da língua portuguesa frente à problemática do adolescente autor de ato infracional que se utiliza da “linguagem de rua” em seu cotidiano, sem nos esquecermos do recorte etnicorracial, é um exercício de olharmos para a legislação brasileira que prevê a comunhão entre Estado, comunidade e família na educação e formação de adolescentes, indivíduos que, ainda em desenvolvimento, são potenciais recuperados num sistema apto a socioeducá-los.

Mas, para isto, é preciso levar em consideração, para além dos importantes fatores sociais, econômicos e políticos, o fator cultural, de suas origens étnicas, que têm formas peculiares de expressar e reproduzir seus conhecimentos. Sem superar esta barreira fenotípica, da marca que marginaliza os diferentes, é impossível promover uma educação capaz de elevar os diversos sujeitos que compõem a realidade de um país.

Além do mais, deve-se levar em consideração neste processo de desenvolvimento e formação, para além de aproximar destes sujeitos, é importante ouvir suas histórias e promover seu diálogo com os clássicos, responsáveis pela educação formal em nosso país; ou seja, quanto mais estreitarmos as distâncias, melhor promoveremos a integração da diversidade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. **Justiça penal é mais severa com os criminosos negros**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 27., 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Comciencia, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1982.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 111; 227. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Artigos 94; 98; 101; 112; 124; 247. 4. ed. Brasília, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL AO ADOLESCENTE DE UBERLÂNDIA. Adolescentes autores de atos infracionais sob medida socioeducativa de internação – “O que o levou a praticar atos infracionais?” – [Dez. 2005]. Entrevistadora: S.L. Ferreira. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007. 1 cassete sonoro (60 min)

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro nas sociedades de classe**. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Simone de Loiola. **Estudo comparativo: O Adolescente Autor de Ato Infracional no Centro e na Periferia do Capitalismo**. 2007. 200 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais) – Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

_____. **Dados quantitativos de adolescentes detidos pela prática de ato infracional, de acordo com o tipo de infração cometida no Brasil e nos estados Unidos da América**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Tabela A-1, p. 72.

_____. **Dados quantitativos de adolescentes detidos pela prática de ato infracional, de acordo com o tipo de infração cometida em Uberlândia e em Denver**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Tabela A-2, p. 73.

_____. **Características dos adolescentes em conflito com a lei em Denver (EUA) e em Uberlândia (Brasil), 2005**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Tabela A-3, p. 161.

_____. **Medidas socioeducativa para adolescentes no Brasil**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Tabela 02, p. 71.

_____. **Normas legais atendidas pelo CISAU, 2005**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2007. 1 Quadro, p. 151.

FILHO, Guimes Rodrigues. Professor do Instituto de Química da Universidade Federal de Uberlândia; Coordenador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da Universidade Federal de

Uberlândia. **O sentido de inclusão e / ou resistência da prática de atos infracionais por adolescentes negros.** [Dez. 2009]. Entrevistadora: S.L. Ferreira. Araraquara: UNESP, 2010. 1 cassete sonoro.

FONSECA, Dagoberto José. **Políticas públicas e ações afirmativas.** São Paulo: Selo Negro, 2009

_____. **Negros corpos (I) maculados: mulher, catolicismo e testemunho.** 2000. 211f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais,) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **A piada: discurso sutil da exclusão** – um estudo risível no “racismo a brasileira”. 1994. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FÓRUM DE JUSTIÇA ABELARDO PENA. **Aumento da criminalidade / população de Uberlândia da década de 1950 a 1980.** Uberlândia: 1º Cartório de crimes e execução fiscal de Uberlândia, 2009. Tabela 08

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** – Nascimento da Prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FREITAS, Rubia Mara de. **Estudo das Relações Étnico-raciais no Sistema Jurídico.** 2009. 86 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

_____. Estudante de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. **O sentido de inclusão e / ou resistência da prática de atos infracionais por adolescentes negros.** [Dez. 2009]. Entrevistadora: S.L. Ferreira. Araraquara: UNESP, 2010. 1 cassete sonoro.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1933.

FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). **Argentinos e brasileiros: encontro, imagens e estereótipos.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização** – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais.** São Paulo: T.A.Queiroz, 1985.

RAMOS, Artur. **O Negro na civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956.

_____. **Os três grupos de famílias negras trazidas para o Brasil, para onde foram levadas em território brasileiro, as características de seus povos de origem africana.** Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1956. Tabela 11

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. **Classe, raça e mobilidade social.** Dados. Rio de Janeiro – Revista de Ciências Sociais, Vol. 49, nº 4, 2006, p. 833 a 873.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Introdução: **Marco situacional**. Adolescentes no contexto brasileiro. Brasília: CONANDA, 2006, p. 16 - 22.

VOLPI, Mário. **O Adolescente e o Ato Infracional**. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Crime, Violência e Poder. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.